

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.25.03.001

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2026-2503001

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no C.N.P.J. sob o 04.873.592/0001-07, com sede na Pass. Nossa Senhora da Glória, S/N, Bairro: Riozinho, cidade de Bragança/PA, por Intermédio do Agente de Contratação designado pela portaria nº 002/2026-PMB, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a Dispensa de Licitação/Compra Direta, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do art. nº 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Edital e seus anexos, objetivando adquirir a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados:

INÍCIO DE ENVIO DAS PROPOSTAS: 11/05/2026 as 00h:01min.

TÉRMINO DE ENVIO DAS PROPOSTAS: 15/05/2026 às 08h:59min.

DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES: 15/05/2026 das 09h00 às 15h00

LOCAL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: (<https://www.licitanet.com.br/>)

LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME: (<https://www.licitanet.com.br/>)

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa especializada no serviços e no fornecimento de licença de uso temporária, para sistema integrado para gestão eletrônica de processo em nuvem (CLOUD), com funcionalidades de comunicação oficial, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Bragança – PA, de acordo com as quantidades e especificações constantes no ANEXO II

- Termo de Referência do Edital/Especificações Gerais da Contratação.

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1. ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1.2.2. ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA;

1.2.3. ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇOS;

1.2.4. ANEXO IV - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES.

1.2.5. ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de referencia à conta de recursos específicos, consignados a Prefeitura Municipal, na seguinte dotação orçamentária: Exercício 2026: Unidade Orçamentária: 0305- Secretaria Municipal de Finanças; Atividade: 04 1 2 3 0003 2.035-Gestão da Secretaria Municipal de Finanças; Classificação Econômica: 3.3.90.39.00-Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.

3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO

3.1. O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 64.800,00 (Sessenta e Quatro Mil, Oitocentos Reais)**, resultante de pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal, que será considerado como valor máximo admissível para a contratação.

3.2. Com base na pesquisa supracitada, deverá observar os preços unitários máximos dos itens que compõem a contratação, conforme indicados no ANEXO II – Termo de Referência.

4. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.

4.1. A participação na presente Dispensa de Licitação se dará mediante a endereço eletrônico: (<https://www.licitanet.com.br/>), para envio das propostas e realização do certame.

4.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no edital de Dispensa de Licitação.

4.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

4.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

4.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil,

por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

4.2.5. Sociedades cooperativas.

5. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O ingresso do fornecedor na participação da Dispensa de Licitação se dará com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.

5.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do endereço eletrônico (<https://www.licitanet.com.br/>), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos no edital.

5.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

5.4.1. Os preços ofertados, na proposta comercial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições

nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os serviços de qualidade adequada à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. Uma vez enviada a proposta no endereço eletrônico, os fornecedores NÃO poderão, substituí-la ou modificá-la;

5.9. Na proposta comercial, o fornecedor deverá, também, anexar, às seguintes declarações:

5.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no e-mail, assumindo como firmes e verdadeiras;

5.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

5.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.10. O valor das propostas encaminhados no endereço eletrônico, possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrada o prazo de envios das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da Dispensa de Licitação. Estando o preço compatível, será solicitado o

envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

6.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área

especializada no objeto.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta

de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Dispensa de Licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. Fraudar a Dispensa de Licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens

9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três)

anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Bragança, aba licitações: <https://braganca.pa.gov.br/>, Diário Oficial da União e Jornal de Grande Circulação Regional

10.1.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá. Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste

procedimento.

10.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio das propostas observarão o horário de Brasília-DF.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, estadual, municipal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Atenciosamente,

Bragança/PA, 11 de Maio de 2026.

Ivando de Sousa Lima
Responsável pela elaboração do Edital

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, abrangendo todos os tributos de competência do Município relativa à sede ou domicílio do proponente dentro de seu período de validade;

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de, no mínimo 01 atestado, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.1.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.1.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.1.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

ANEXO – II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com fornecimento de licença de uso temporária, de sistema integrado em nuvem (cloud) para gestão eletrônica de processos, incluindo funcionalidades de comunicação oficial, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Bragança – Pará, por meio da Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Unid	Quant.
01	Contratação de licença de uso temporária, para sistema informatizado para gestão eletrônica de processos em nuvem (cloud), com funcionalidades de comunicação oficial.	Mês	12

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente seção tem por objetivo delinear, de maneira pormenorizada, a motivação e o embasamento técnico-jurídico que norteiam a aquisição de licença de uso temporário de programa especializado no trâmite de licenciamento de edificações e alvarás, a ser adotado pela Administração Municipal. Tal investimento visa a promover maior eficácia na apreciação das solicitações, agilizando os procedimentos inerentes e oferecendo instrumentos de governança condizentes com as disposições legais em vigor, notadamente as previstas na Lei n.º 14.133/2021.

A instituição, valendo-se da prerrogativa delineada nos artigos 106, inciso I, 107 e 108 da Lei n.º 14.133/2021, fundamenta a temporariedade da licença na própria natureza do serviço, que envolve a cessão de direito de utilização de ferramenta tecnológica para a gestão de requerimentos, análise de conformidade e emissão de alvarás correlatos.

Ressalta-se que a licitante detentora da solução deverá assegurar, após eventual término contratual, a preservação e a disponibilização dos dados registrados, garantindo acesso integral às informações para fins de consulta de todos os expedientes instaurados durante a vigência contratual. Esse fornecimento

perdurará enquanto necessária a completa transição dos dados para outras estruturas ou sistemas futuros, em observância ao princípio da continuidade da Administração Pública e à boa-fé objetiva que deve reger as contratações.

2.1. Resguardo de sigilo e confidencialidade:

Em virtude do dever de zelo e da observância dos direitos fundamentais à privacidade e à segurança de informações, a licitante compromete-se a resguardar, em caráter absoluto, o segredo de quaisquer dados, registros, arquivos ou elementos equivalentes que vier a conhecer em função da execução dos serviços ora contratados. Também deverá abster-se de revelar, divulgar ou empregar, em proveito próprio ou de terceiros, dados sensíveis ou não, bem como quaisquer informações obtidas a partir de equipamentos ou mídias de armazenamento relacionadas ao objeto contratual. O descumprimento dessa obrigação sujeitará a parte infratora às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo de eventual responsabilização civil ou penal.

2.2. Subcontratação restrita:

Cumpre destacar, em consonância com o artigo 122, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, que somente a infraestrutura de hospedagem em nuvem destinada à salvaguarda do programa poderá ser objeto de subcontratação. Permanecem sob responsabilidade integral da licitante todas as demais obrigações, desde o desenvolvimento e aprimoramento das funcionalidades até a atualização contínua de rotinas indispensáveis ao regular funcionamento da solução.

2.3. Características e condições licitadas:

O programa objeto deste certame não admitirá limitação quanto ao número de usuários, devendo contemplar acesso irrestrito aos servidores, colaboradores e autoridades municipais autorizadas. Ademais, durante o lapso temporal previsto no contrato, a licitante poderá pleitear a reavaliação dos valores ajustados, observando-se, para tanto, a aplicação do índice IPCA-IBGE, desde que transcorrido ao menos um ano de vigência contratual. Fica consignado que tal reajuste incidirá exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e ultimadas após a consolidação anual correspondente.

Em atenção ao princípio da supremacia do interesse público e ao aperfeiçoamento contínuo da máquina administrativa, assegura-se que o código-fonte do software permanecerá sob a titularidade da licitante, cabendo-lhe custear eventuais aperfeiçoamentos e inovações, observadas as condições pactuadas e sem prejuízo do atendimento regular aos requisitos obrigatórios inseridos neste instrumento.

Desse modo, o presente termo corrobora a relevância da contratação em apreço, abarcando os elementos técnicos, jurídicos e formais necessários, e alinha-se aos ditames legais e aos princípios da Administração Pública. A adoção de uma ferramenta especializada na emissão de licenças de edificações e alvarás e a definição de diretrizes para integridade dos dados, confidencialidade das informações e possibilidade de

subcontratação restrita revelam o acurado cuidado em viabilizar a operacionalidade desse serviço, respeitando os ditames da Lei n.º 14.133/2021.

Por conseguinte, conclui-se que a presente aquisição assegura o atendimento ao interesse público e a otimização dos recursos administrativos, propiciando segurança jurídica, proteção de dados e elevada eficiência no processamento das demandas municipais, além de observar estritamente o arcabouço normativo brasileiro.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Assessoria Primária ao Usuário: A função inicial desta modalidade de assistência é operar como ponto principal de interlocução com o usuário, abordando questões que podem ser solucionadas imediatamente, especialmente aquelas que se configuram como simples interrogações do usuário.

Atendimento a Demandas Específicas: Este serviço engloba a execução de ajustes específicos, como configurações e parametrizações, além da execução de procedimentos operacionais, importação de dados e consultas a bases de dados. Tais intervenções ocorrerão sempre que não forem passíveis de realização direta pela CONTRATANTE através das interfaces já disponibilizadas pelo sistema.

Gerenciamento de Incidentes: Define-se incidente como qualquer interrupção não prevista ou degradação na qualidade dos serviços de TI. A prioridade da CONTRATADA, após a identificação de um incidente, será a restauração da funcionalidade, ainda que por soluções temporárias de contorno, dentro de prazos previamente estabelecidos, incluindo intervenções necessárias em bases de dados.

Suporte Técnico Remoto: O suporte técnico remoto será providenciado por meio de sistemas de Help Desk, chat integrado e correio eletrônico. Cada interação deve ser devidamente registrada numa plataforma de Help Desk e no sistema de chat, disponibilizados pela CONTRATADA. A assistência incluirá acesso ilimitado ao suporte, operando 8 horas diárias, de segunda a sexta, nos horários compreendidos entre 8h às 12h e 14h às 18h. Respostas para incidentes de alta severidade serão dadas em até 2 horas úteis, e para demais chamados, em até 8 horas úteis.

Classificação de Severidade dos Chamados: Chamados classificados como de alta severidade ocorrem quando uma funcionalidade crucial fica completamente inoperante. Chamados de severidade média referem-se a situações onde a funcionalidade é parcialmente afetada, sem impactar diretamente serviços críticos. Chamados de baixa severidade envolvem situações onde a funcionalidade está parcial ou totalmente comprometida, mas com impacto direto em serviços não essenciais.

Manutenção: Emergencial e Corretiva: A manutenção emergencial ocorre quando há interrupções nos serviços, demandando restauração imediata para minimizar impactos negativos. A manutenção corretiva tem o propósito de solucionar falhas de forma definitiva, sem custos adicionais, abrangendo tanto erros funcionais quanto de negócio. Em ambos os casos, as soluções devem estar em conformidade com a

legislação vigente e ser ajustadas sem custos em face de alterações legislativas.

Este documento estabelece os parâmetros pelos quais a CONTRATADA fornecerá suporte e manutenção ao software utilizado pela Prefeitura Municipal para licenciamento de edificações e alvarás. Cada cláusula foi redigida visando garantir a integridade, a eficácia e a continuidade dos serviços prestados, respeitando as normativas legais aplicáveis e assegurando a proteção dos interesses da Administração Pública.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A implementação e subsequente capacitação no software de licenciamento de edificações e alvarás constitui uma iniciativa de vital importância para a otimização dos serviços públicos oferecidos pela municipalidade. Esta formação, projetada para administradores municipais, funcionários internos e cidadãos, proporcionará uma série de vantagens operacionais, econômicas e processuais, incrementando a transparência, a eficiência e a celeridade dos procedimentos administrativos relacionados ao licenciamento urbano.

Ao municiar os gestores e servidores com conhecimentos profundos sobre o sistema, espera-se uma melhoria na qualidade do serviço prestado, com diminuição significativa no tempo de resposta para a liberação de licenças e alvarás. Para os munícipes, o treinamento democratizará o acesso às informações e aos procedimentos necessários para a regularização de edificações, fomentando a autonomia do cidadão e reduzindo sua dependência de intermediários.

O treinamento será executado de forma online, através de plataformas de transmissão ao vivo, permitindo a interação em tempo real entre instrutores e participantes. Esta modalidade foi escolhida para garantir a ampla participação e acesso, independentemente da localização geográfica dos envolvidos. Além disso, a utilização de uma plataforma de fácil acesso assegura a inclusão de todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades prévias com tecnologia.

A capacitação será ministrada ao longo de 30 dias corridos, seguindo o cronograma de implementação do software. Este prazo foi estipulado para assegurar que todos os envolvidos tenham tempo adequado para assimilar as funcionalidades e peculiaridades do sistema antes de sua entrada em pleno funcionamento.

O planejamento detalhado do treinamento, dividido em etapas sequenciais, cada uma com objetivos específicos e prazos definido.

Etapas	Público-Alvo	Descrição das Atividades	Prazo
1	Gestores municipais	Introdução ao sistema, visão geral e importância estratégica.	5 dias
2	Funcionários internos	Operação do sistema, inserção e gestão de dados.	10 dias

3	Municípios	Acesso e uso do sistema para solicitações e acompanhamento.	10 dias
4	Todos os grupos	Sessões de dúvidas ao vivo e simulações práticas.	5 dias

5. ADEQUAÇÃO AOS REQUISITOS LOCAIS:

Introdução e Contexto: A implementação do software hospedado em nuvem, a ser realizada nesta prefeitura municipal, constitui uma estratégia crucial para modernização e otimização dos serviços administrativos oferecidos ao cidadão. A propriedade intelectual do sistema ou o acesso irrestrito ao código fonte e às capacidades de desenvolvimento são imprescindíveis para garantir a personalização e a adequação contínua da solução às necessidades locais. Este documento descreve minuciosamente todas as etapas e procedimentos necessários para uma implementação eficaz e alinhada com as exigências técnicas e jurídicas vigentes.

Preparativos e Levantamento de Requisitos: A fase inicial envolverá um extenso levantamento de requisitos operacionais e funcionais do software, com especial atenção aos formulários e processos que necessitam de parametrização. Ademais, um levantamento detalhado de integrações com outros sistemas municipais será conduzido para assegurar a interoperabilidade e a eficiência da solução. Essas atividades serão fundamentadas pela metodologia BPMN (Business Process Model and Notation), garantindo uma visualização clara dos fluxos processuais a serem digitalizados.

Configuração e Personalização: Posteriormente, será configurado um ambiente de testes para simulações precisas das condições de operação do software. Durante este estágio, também serão configurados os permissionamentos e grupos de usuários, assegurando que cada categoria de funcionário municipal tenha acesso às funcionalidades pertinentes à sua área de atuação. Seis reuniões de alinhamento via videoconferência serão agendadas para garantir a comunicação contínua e eficaz entre as equipes da contratada e da prefeitura.

Cronograma de Implantação: A implementação será seriada em etapas claramente definidas, conforme descrito na tabela a seguir, e deverá ser concluída em um período máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da ordem de serviço.

CNPJ: 04.873.592/0001-07
Passagem Nossa Sra. da Glória, s/n - Riozinho
CEP: 68.600-000 - Bragança-Pará

Etapas	Descrição das Atividades	Prazo
--------	--------------------------	-------

1	Levantamento de Requisitos e Integrações	5 dias
2	Parametrização de Formulários e Processos	10 dias
3	Configuração do Ambiente de Testes e Permissionamentos	5 dias
4	Reuniões de Alinhamento e Ajustes	5 dias
5	Simulações e Treinamento Inicial	5 dias

Aceitação e Correções: A fase de aceitação dos sistemas implementados pela contratada será rigorosa, com a prefeitura realizando um aceite formal das entregas e solicitando correções quando necessário. Este procedimento garantirá que o software esteja completamente alinhado às expectativas e aos requisitos municipais antes de sua entrada em operação definitiva.

Considerações Adicionais sobre Funcionalidades e Serviços: Eventuais funcionalidades ou serviços que se mostrem necessários ao longo da implementação, e que não estejam descritos no termo inicial, serão documentados e poderão ser objeto de aditivos contratuais futuros. Isso permite uma flexibilidade essencial para adaptar o software às demandas emergentes que possam surgir durante a fase de implantação.

Fatores Críticos para o Sucesso da Implantação: Vários fatores serão essenciais para o sucesso da implantação, incluindo a formação contínua dos usuários, a adaptação do software às legislações vigentes, e a garantia de uma transição suave dos sistemas antigos para o novo software. A comunicação efetiva entre todas as partes envolvidas e o compromisso com a resolução de problemas são fundamentais para evitar interrupções nos serviços municipais durante a transição.

6. ENQUADRAMENTO:

Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

7. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:

As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação essa advinda do dispositivo constitucional, previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Constituição Federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações. Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

O objetivo da licitação, portanto, é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Na Lei nº 14.133/2021, as regras sobre dispensa de licitação estão previstas em seu artigo 75.

Com relação à Dispensa de licitação, ela é permitida em razão de um interesse público específico definido nos incisos previstos no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 (rol taxativo), dentre eles, o inciso II permite a contratação direta quando o objeto é de baixo valor e não se justifica a realização do certame, a saber:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.700,00 (sessenta e dois mil e setecentos reais), no caso de outros serviços e compras;

A denominada dispensa de pequeno valor admite que a contratação se dê sem a submissão ao procedimento licitatório, por motivos óbvios. Muitas vezes, os custos diretos e indiretos são bem maiores que a potencial vantagem econômica produzida pela disputa licitatória. No caso em questão, verifica-se a incidência da Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

Ademais, além do baixo custo para a Administração, advindo então a vantajosidade.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas previstas nas Lei Federal nº 14.133/2021.

9. CONTRATO:

O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021.

10. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Ficará a cargo o fiscal do contrato fundo prefeitura.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1 Comunicar à empresa todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto deste termo de referência;

11.2 Efetuar o pagamento à contratada em parcela única, até 30 dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração;

11.3 Fiscalizar a prestação do serviço, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer material que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no termo de referência;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1 Prestar suporte técnico ao usuário, de segunda a quinta-feira das 8:30hrs às 17:30hrs, sexta-feira de 08:30hrs às 16:30hrs (horário de Brasília) pelo período de validade da licença, a contar da data de instalação do Software;

12.2 As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha;

12.3 A Contratada prestará a Contratante, treinamento aos servidores designados para operar o sistema, visando o regular funcionamento do “software” com a obtenção dos resultados para os quais foi desenvolvido, bem como disponibilizar versões e releases atualizados do software durante o período da contratação;

12.4 A Contratada deverá fornecer à Contratante acesso ao “software” através de login.

12.5 A Contratada deverá fornecer Manual de Utilização da ferramenta,

13. FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias mês, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.

14. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

As assinaturas que viabilizam o acesso a ferramenta deverão estar disponíveis em até 03 (três) dias úteis após assinatura do contrato.

15. VALOR ESTIMADO:

A estimativa de preços seguirá em anexo, conforme pesquisa de mercado.

16. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à contar de recursos específicos da secretaria requisitante.

17. DA PROPOSTA:

17.1. A proposta deve discriminar pormenorizadamente o produto cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos;

17.2. Discriminar o prazo de início do serviço a ser contratado, a partir da assinatura do contrato;

17.3. Conter o nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;

17.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data da apresentação;

17.5. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado.

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

A empresa deverá apresentar Atestado (s) de Capacidade Técnica, demonstrando capacidade para a execução dos serviços pretendidos.

Aprovo o presente termo de referência em conformidade com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos.

I - Comprovação de aptidão por meio de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnico operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante tenha sido contratada para a execução de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do presente certame. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação

satisfatória dos citados serviços. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar discriminadamente, no mínimo, os seguintes dados:

- a) Objeto, local da prestação dos serviços e período de execução (data de início e de término);
- b) Alocação da solução em nuvem;
- c) Gerenciamento de, no mínimo, 10.000 (dez mil) processos/ano;
- d) Cadastro e gerenciamento de pelo menos 500 (quinhentos) usuários/ano;
- e) O atestado deverá ser fornecido em papel timbrado do órgão ou empresa emissora, contendo a razão social e CNPJ de ambas as partes, sendo devidamente assinado e datado;
- f) Poderá ser promovida diligência, caso necessário, para o esclarecimento de dúvidas relacionadas ao atestado de capacidade técnico-operacional, conforme disciplinado no art. 64, da Lei n.º 14.133/21;
- g) Poderá ser utilizado mais de um atestado para fins de comprovação, desde que constem todas as informações e cada atestado possua, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade de processos estabelecida.

19. QUALIFICAÇÃO SISTÊMICA;

- 19.1. O sistema deve permitir a criação de contas para pessoas físicas e jurídicas, habilitando ambas a realizar protocolos e acompanhar processos sem restrições.
- 19.2. Possibilitar que um usuário seja associado a uma conta de pessoa jurídica para gerência conjunta de processos.
- 19.3. O sistema deve fornecer um formulário estruturado para registro de novos usuários, com campos obrigatórios específicos.
- 19.4. Implementar padrões de segurança robustos para a criação de senhas e validar o e-mail para ativação da conta.
- 19.5. Exibir mensagens claras e úteis em cenários de erros ou ações necessárias por parte do usuário.
- 19.6. Facilitar a recuperação de senha com um método seguro e eficaz.
- 19.7. Permitir a configuração de autenticação avançada para aumentar a segurança do acesso ao sistema.
- 19.8. Configurar o sistema para restringir o protocolo de processos específicos a contas com permissões adequadas.
- 19.9. Sistema deve permitir ao administrador gerenciar usuários, incluindo o bloqueio de acesso.
- 19.10. Ao tentar logar, usuários bloqueados receberão uma notificação clara sobre seu status.
- 19.11. Tela que exibe detalhadamente todas as informações relevantes de um usuário selecionado, em um layout unificado.

- 19.12. Possuir uma ferramenta de busca avançada para encontrar usuários por múltiplos filtros.
- 19.13. Facilitar a inclusão de novos usuários pelo administrador com envio automático de link de confirmação.
- 19.14. Alterar o status do usuário para controlar sua disponibilidade e redirecionar processos automaticamente a substitutos.
- 19.15. O sistema deve permitir a definição e personalização de níveis de acesso através de uma interface gráfica, sem necessidade de codificação. Cada usuário pode ser associado a múltiplos níveis de permissão, adequados a suas funções específicas.
- 19.16. Usuários podem acumular permissões de múltiplos perfis e alternar entre esses perfis sem necessidade de reautenticação, proporcionando versatilidade e eficiência operacional.
- 19.17. A troca de permissões pelo usuário deve ser uma operação intuitiva, realizada diretamente na interface do usuário, otimizando a eficiência e melhorando a experiência do usuário.
- 19.18. Permite que gestores configurem e criem grupos de permissões, sem limitações de quantidade, diretamente pela interface, facilitando a adaptação do sistema às necessidades organizacionais.
- 19.19. As permissões devem ser configuráveis independentemente das divisões organizacionais existentes, focando no perfil do usuário.
- 19.20. O sistema deve permitir a criação de perfis de permissão com configurações pré-definidas para facilitar a gestão. Perfis como Analista, Requerente e Administrador terão permissões específicas que podem ser ativadas ou desativadas.
- 19.21. O sistema deve permitir o envio de convites para novos usuários, tanto internos quanto externos, através de um processo estruturado de pré-cadastro.
- 19.22. Durante o pré-cadastro de usuários externos, o sistema deve validar o e-mail fornecido e alertar sobre qualquer problema de validação ou duplicidade.
- 19.23. O convite enviado deve incluir detalhes cruciais para a continuação do cadastro e a identificação do administrador responsável pelo convite.
- 19.24. O sistema deve coletar informações detalhadas para o pré-cadastro de usuários internos, incluindo a vinculação a setores e grupos de permissão específicos.
- 19.25. O sistema deve oferecer a opção de reenviar ou cancelar convites enviados, assegurando flexibilidade e controle sobre o processo de pré-cadastro.
- 19.26. Um histórico completo de cadastro deve ser mantido, detalhando informações como data, IP, navegador utilizado, e tipo de cadastro para cada usuário.

- 19.27. O sistema inclui um construtor de formulários intuitivo que permite aos usuários configurar e personalizar formulários sem programação. Os campos podem ser ajustados individualmente para atender às necessidades específicas de cada processo.
- 19.28. O sistema permite a adição de diversos elementos ao formulário, cada um com configurações específicas para personalização e adequação ao processo.
- 19.29. Inclusão de campos de seleção única, múltipla e em lista, além de um campo para anexos com suporte a múltiplas extensões de arquivo.
- 19.30. Possibilidade de ajustar a visibilidade dos campos, torná-los somente leitura, e definir campos como obrigatórios.
- 19.31. Configuração de textos de ajuda adjacentes a cada campo, que podem incluir links, imagens e textos explicativos.
- 19.32. O sistema deve permitir a implementação de critérios de validação para os campos de formulário, incluindo limites baseados em legislação ou dados integrados, como zoneamento urbano.
- 19.33. Configurar campos que automaticamente preencham suas informações com base nos dados de outros campos ou fontes externas.
- 19.34. Campos que se tornam visíveis ou são preenchidos somente se condições específicas forem atendidas.
- 19.35. Permitir a inclusão de fórmulas matemáticas para cálculos automáticos nos formulários.
- 19.36. Facilitar a adição de múltiplos campos iguais no formulário com um botão de repetição.
- 19.37. Configuração de validações complexas para garantir a integridade dos dados inseridos, como restrições de caracteres e tamanhos de arquivo.
- 19.38. Simplificar o processo de criação de novos formulários prontos para protocolo com passos claros e obrigatórios.
- 19.39. O sistema permite a definição precisa de níveis de acesso para remetentes e destinatários em cada processo, garantindo controle detalhado sobre as ações permitidas para cada usuário envolvido.
- 19.40. Configuração de níveis de acesso é feita através de uma interface clara e intuitiva, categorizando ações permitidas sem necessidade de programação.
- 19.41. O sistema deve suportar a configuração de várias ações processuais, como encerrar, desarquivar, encaminhar, e gerenciar documentos, entre outros.

- 19.42. Os níveis de acesso podem ser definidos tanto para usuários internos quanto externos, e são ajustáveis para cada processo individualmente.
- 19.43. Permite a pré-configuração de níveis de acesso que serão aplicados no momento do protocolo do processo.
- 19.44. O sistema assegura que qualquer alteração nos níveis de acesso após o protocolo seja automaticamente refletida nos processos em andamento.
- 19.45. O sistema deve exibir uma carta de serviços organizada, listando todos os processos disponíveis com descrições detalhadas.
- 19.46. Permitir a associação de setores específicos a cada processo listado na carta de serviços.
- 19.47. Implementar uma função de busca que permita aos usuários localizar processos por títulos na carta de serviços.
- 19.48. Facilitar a organização da carta de serviços permitindo a criação de categorias personalizadas.
- 19.49. Possibilitar aos administradores habilitar ou desabilitar formulários associados a processos.
- 19.50. Limitar o acesso a solicitações de processos com base no nível de permissão do usuário.
- 19.51. Ao selecionar um processo, redirecionar automaticamente para um formulário configurado com validações e auxílios textuais.
- 19.52. Implementar um sistema para salvar rascunhos de protocolos, com funcionalidades como salvamento automático e gestão de múltiplos rascunhos.
- 19.53. Organizar rascunhos em versões, permitindo o controle detalhado de alterações e anexos em cada versão.
- 19.54. O sistema deve permitir configurar campos como sigilosos através de uma interface intuitiva, tornando-os visíveis apenas para moderadores designados do processo.
- 19.55. Definição de moderadores que terão acesso exclusivo a campos e anexos sigilosos, aplicável automaticamente a todos os novos processos.
- 19.56. Em processos com dados sensíveis, restringir a visualização a apenas moderadores e o autor do processo.
- 19.57. Permitir o compartilhamento de processos com usuários regulares, mas restringir a visualização completa de campos e anexos sigilosos.
- 19.58. Assegurar que apenas moderadores e o autor do processo possam editar campos sigilosos.
- 19.59. Garantir que novas inserções em campos sigilosos sejam acessíveis exclusivamente aos moderadores e ao autor do processo.

- 19.60. Manter a proteção dos dados sensíveis em qualquer parte da plataforma, limitando a visualização desses dentro dos processos protocolados.
- 19.61. Sistema deve oferecer uma interface no formato de timeline para tramitação de despachos administrativos, facilitando a visualização cronológica das ações tomadas.
- 19.62. Permitir ao administrador configurar e personalizar tipos de despachos, determinando quais são acessíveis por requerentes ou apenas por usuários internos.
- 19.63. Através de um construtor de formulários intuitivo, permitir a adição de vários tipos de campos sem necessidade de programação, facilitando a padronização das informações.
- 19.64. Escolher quais tipos de despachos podem ser utilizados em cada processo, com a capacidade de habilitar ou desabilitar tipos conforme a necessidade.
- 19.65. Usuários devem ser capazes de realizar despachos seguindo os tipos atribuídos ao processo, com a interface facilitando a entrada cronológica de informações.
- 19.66. Durante a elaboração de um despacho, assegurar que todas as regras de campo sejam cumpridas, como preenchimento de campos obrigatórios e respeito às configurações de apenas leitura.
- 19.67. Permitir alterações nas configurações de tipos de despachos a qualquer momento, garantindo que mudanças não afetem despachos já realizados.
- 19.68. O sistema deve permitir a criação de despachos com a capacidade de serem posteriormente corrigidos, republicados, apostilados ou atualizados, simplificando as correções necessárias em documentos oficiais.
- 19.69. Fornecer opções específicas para cada tipo de correção necessária, facilitando a aderência a procedimentos legais e administrativos.
- 19.70. Incorporar ferramentas adicionais para apoiar a execução das operações de despacho, incluindo campos para justificativa, upload de documentos e opções de confirmação.
- 19.71. Assegurar que todas as ações aplicadas aos despachos sejam registradas e facilmente identificáveis dentro do sistema.
- 19.72. Prevenir a repetição de correções em despachos já modificados, garantindo a integridade e consistência do processo administrativo.
- 19.73. Cada correção ou atualização deve gerar um novo documento, que é inserido de forma individual no processo, mantendo a ordem cronológica e a clareza do histórico documental.

- 19.74. O sistema deve fornecer uma funcionalidade para gerar um relatório detalhado e cronológico de todos os atos administrativos realizados em um processo, assegurando conformidade com normas legais e facilitando auditorias.
- 19.75. Incluir diversos atos administrativos na íntegra, como criação, despachos, taxas, análises e ações de encaminhamento, cada um disposto em folha separada para clareza e conformidade.
- 19.76. Automaticamente adicionar uma capa à íntegra processual, contendo elementos essenciais para verificação de autenticidade e informações básicas do processo.
- 19.77. Permitir a pré-visualização da íntegra processual e oferecer opções para selecionar atos específicos para download em formatos PDF e ZIP, sem limite de emissões.
- 19.78. O sistema deve facilitar a associação de um processo recém-criado a um já existente, simplificando a transferência de informações relevantes e garantindo a integridade entre os processos vinculados.
- 19.79. Apresentar uma interface clara para vinculação de processos, incluindo a funcionalidade de busca e lista de processos deferidos elegíveis para vinculação.
- 19.80. Permitir a vinculação entre diferentes tipos de processos, adaptando-se a diversos fluxos de trabalho e necessidades administrativas.
- 19.81. Assegurar que a vinculação entre processos considere a validade e a situação atual dos processos, validando a existência de informações duplicadas e o status dos processos envolvidos.
- 19.82. Implementar uma regra que apenas processos deferidos possam ser utilizados para vinculação, evitando inconsistências e garantindo a legalidade da transferência de informações.
- 19.83. O sistema deve permitir a configuração de um status pré-definido ao criar um novo despacho, facilitando o acompanhamento e gestão do processo.
- 19.84. Implementar uma coluna específica para status em despachos, que mostra a evolução do status ao longo do processo e permite ajustes conforme necessário.
- 19.85. Permitir a reorganização dos status através de uma interface flexível, melhorando a usabilidade e o controle do fluxo de trabalho.
- 19.86. Associar uma cor específica a cada status para facilitar a identificação visual rápida nas interfaces de visualização.
- 19.87. Garantir que o status atual de cada despacho seja claramente visível na interface, utilizando as cores configuradas para cada tipo de status.
- 19.88. Permitir a adição de justificativas ou informações adicionais em cada despacho, assegurando a rastreabilidade e o registro detalhado de mudanças.

- 19.89. Assegurar que o status atual de cada documento em um despacho seja facilmente identificável e constantemente atualizado na interface do usuário.
- 19.90. O sistema deve oferecer ferramentas para criar relatórios detalhados de processos, permitindo aos usuários selecionar especificamente as informações que precisam ser incluídas, suportando transparência e auditoria eficiente.
- 19.91. Usuários autorizados devem poder personalizar relatórios, ajustando o conteúdo conforme necessário para atender às necessidades específicas de informação.
- 19.92. Permitir que os usuários escolham entre diferentes versões históricas dos dados para inclusão no relatório, garantindo que a versão mais relevante seja utilizada.
- 19.93. Possibilitar a inclusão de uma variedade de informações detalhadas no relatório, como versionamento de dados, histórico do processo, e documentos anexados.
- 19.94. Oferecer a opção de exportar relatórios no formato CSV, contendo dados atualizados dos processos, ideal para análises e auditorias externas.
- 19.95. Facilitar a análise de desempenho dos analistas através de relatórios em PDF que detalham as atividades e resultados alcançados por esses profissionais.
- 19.96. O sistema deve facilitar a assinatura digital de documentos, utilizando certificados reconhecidos e garantindo a integridade e conformidade legal das informações.
- 19.97. Oferecer uma interface dedicada para o gerenciamento de assinaturas, onde os usuários podem assinar documentos individualmente ou em lote, e visualizar o histórico de movimentações e status das assinaturas.
- 19.98. Converter documentos PDF assinados ao padrão PAdES e fornecer um sistema de rastreabilidade através do histórico de assinaturas.
- 19.99. Apresentar todos os documentos relacionados a processos em uma tabela organizada, facilitando a visualização e a gestão de assinaturas.
- 19.100. Implementar mecanismos de lembretes para usuários com assinaturas pendentes, assegurando que todas as assinaturas necessárias sejam completadas em tempo.
- 19.101. Permitir uma navegação intuitiva por diferentes listas de documentos, como "Minhas assinaturas", "Assinaturas solicitadas por mim" e "Todas as assinaturas", para melhor gerenciamento das responsabilidades de assinatura.
- 19.102. O sistema deve permitir uploads de documentos com opções de análise simples ou análise documental avançada usando Inteligência Artificial (IA) para garantir a validade e precisão dos dados extraídos.

- 19.103. Permitir a configuração específica para cada tipo de documento esperado no upload, aumentando a precisão da análise ao definir claramente o tipo de documento e as informações a serem extraídas.
- 19.104. Utilizar mecanismos de reconhecimento de dados para extrair informações de documentos e preencher automaticamente os campos no sistema, reduzindo erros e aumentando a eficiência.
- 19.105. Notificar os usuários durante o processamento de documentos e permitir que forneçam feedback sobre a precisão dos dados reconhecidos para melhorar continuamente a precisão da IA.
- 19.106. Integrar um agente de IA na tela de despachos para sugerir análises e tarefas automatizadas, melhorando a eficiência e precisão dos processos administrativos.
- 19.107. A plataforma deve facilitar a gestão de ofícios, memorandos e circulares através de uma interface formatada como uma timeline, onde é possível visualizar a sequência de despachos e documentos relacionados.
- 19.108. Implementar campos obrigatórios como Remetente, Destinatário e Assunto nos formulários de criação de ofício, memorando ou circular. Permitir apenas anexos em formato PDF, assegurando a padronização e segurança dos documentos.
- 19.109. O sistema deve suportar a assinatura eletrônica de documentos, integrando com certificados digitais, e exibir feedback visual após a assinatura ser completada com sucesso.
- 19.110. Disponibilizar um editor de texto rico em recursos para a redação de comunicações internas, despachos e documentos, com opções de formatação avançada, inserção de imagens, hyperlinks, tabelas e listas diversas.
- 19.111. Criar relatórios completos e cronológicos de todos os atos administrativos dentro de um processo, incluindo uma capa automatizada com informações essenciais para verificação de autenticidade.

INTEGRANTES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

CELSON LUIZ DA SILVA MELO

Diretor do Departamento de Compras

Portaria nº 020/2026

CNPJ: 04.873.592/0001-07
Passagem Nossa Sra. da Glória, s/n - Riozinho
CEP: 68.600-000 - Bragança-Pará

JOSE FRANCISCO DOS REIS FARIAS FILHO

Integrante do Departamento de Compras

Portaria nº 021/2026

MARIANA DO SOCORRO FURTADO MOREIRA

Integrante do Departamento de Compras

Portaria nº 022/2026

SAMILLA SEOMARA LIMA DE SOUZA

Integrante do Departamento de Compras

Portaria nº 023/2026

SINVAL COSTA MASSIAS JÚNIOR

Integrante do Departamento de Compras

Portaria nº 024/2026

Aprovo,

Autoridade Competente

DANILO CÉSAR LIMA GARDUNHO

Secretário Municipal Especial de Gestão e Governança - SEGGOV

Decreto Municipal nº 001/2025

Bragança – Pará, 25 de março de 2026

ANEXO - III
PROPOSTA COMERCIAL (MODELO)

À
PREFEITURA DE MUNICIPAL DE BRAGANÇA.
Pass. Nossa Senhora da Glória, S/N, Bairro: Riozinho, cidade de Bragança/PA.
REF.: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2026-000-PMB

Licitante:
CNPJ:.....
Endereço: Telefone:.....
E-mail:.....

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.Sas., nossa proposta de preços relativa à Licitação em epígrafe, declarando que:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QT D	XXXXX	UNIT. (R\$)	V. POR EXTENS O	TOTAL (R\$)
01							
02							

- a) O valor global da proposta é de R\$......(.....).
- b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de realização do certame.
- c) A empresa declara inteira aceitação a todas as condições constantes no presente Edital.
- d) Dados Bancários para pagamento:
Banco: - Agência: - Conta Corrente:
Na hipótese de ser adjudicado a esta empresa o objeto licitado, o representante legal para assinatura do Contrato ou qualquer outro documento será:
Nome:..... Estado Civil:
Profissão:
Carteira de identidade RG nº Cargo:.....

.....
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

OBSERVAÇÕES:

- 1- Emitir em papel que identifique o licitante.
- 2- A Proposta de preços deverá conter necessariamente todas as especificações técnicas do objeto ofertado, onde não serão aceitas especificações com os dizeres “conforme o edital” ou dizeres semelhantes.

ANEXO – IV DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA que:

- I. para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência-PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 63, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.
- II. para os devidos fins licitatórios que não incorrem nos impedimentos para disputa da Dispensa ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- III. não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, ressalvando-se a condição de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;
- IV. não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;

...../.....,/...../2026.

.....
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

Nota explicativa: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório

ANEXO - V
MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026XXXX-PMB
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2026-000-PMB
CONTRATO Nº XXXXXX-PMB

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
BRAGANÇA, ATRAVÉS DE
SUA PREFEITURA
MUNICIPAL DE
VEREADORES E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX.**

O MUNICIPIO DE BRAGANÇA/PA, por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede na Pass. Nossa Senhora da Glória, S/N, Bairro: Riozinho, na cidade de Bragança, Estado do Pará, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.873.592/0001-07, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) , , e do outro lado _____, e a empresa inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por seu representante legal Sr., residente e domiciliado....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no serviços e no fornecimento de licença de uso temporária, para sistema integrado para gestão eletrônica de processo em nuvem (cloud), com funcionalidades de comunicação oficial, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Bragança – PA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa, caso existentes;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XX de XXXXXX de 2026 a XX de XXXXXX de XXXX, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. PREÇO

6.2. O valor total do presente contrato correspondente a R\$ 00.000,00 (_____) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

6.3. FORMA DE PAGAMENTO

6.3.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4. PRAZO DE PAGAMENTO

6.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

6.4.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.4.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

6.5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.5.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.5.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.5.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice __, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.8.2. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil de se- RFB e da Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14), dentro u período de validade; 2) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período

de validade; 3) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, abrangendo todos os tributos de competência do Município relativa à sede ou domicílio do proponente dentro de seu período de validade; 4) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu período de validade; 5) Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante; Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Dispensa de Licitação ou execução do contrato;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- d) **Multa:**
 - d.1) moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de referência à conta de recursos específicos, consignados a Prefeitura Municipal, na seguinte dotação orçamentária: Exercício 2025: Unidade Orçamentária: 0313- Secretaria Municipal de Pesca; Atividade: 2 0 1 2 2 0004 2.084-Gestão da Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca; Classificação Econômica: 3.3.90.30.00-Material de Consumo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Bragança para dirimir os litígios que decorrerem da

execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

Bragança/PA,de.....de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____